

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1141/2021-PGJ, DE 7.4.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 441/2021-PGJ, de 3.2.2021, que concedeu ao Procurador de Justiça Luis Alberto Safrader 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2010 a 6 de janeiro de 2011, que seriam usufruídos nos dias 19 e 20.4.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1113/2021-PGJ, DE 5.4.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1105/2021-PGJ, de 31.3.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de abril de 2021, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
10 e 11.4.2021	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
17 e 18.4.2021	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO II - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
10 e 11.4.2021	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
17 e 18.4.2021	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1134/2021-PGJ, DE 7.4.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Simone Almada Goes 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 5.3.2017 e no período de 21 a 23.4.2017, a serem usufruídos no período de 4 a 7.5.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1139/2021-PGJ, DE 7.4.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 1105/2021-PGJ, de 31.3.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de abril de 2021, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
24 e 25.4.2021	2ª PJ de Aquidauana	José Maurício de Albuquerque	99986-4384

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
24 e 25.4.2021	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1145/2021-PGJ, DE 8.4.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Cassilândia, Pedro de Oliveira Magalhães, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos dias 22 e 23.4.2021, em razão de compensação da Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1156/2021-PGJ, DE 8.4.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 27.5 a 3.6.2019, a serem usufruídos nos dias 19 e 20.4.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1157/2021-PGJ, DE 8.4.2021**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues 2 (dois) dias de compensação por ter coadjuvado a 8ª Zona Eleitoral, no dia 15.11.2020, a serem usufruídos nos dias 22 e 23.4.2021, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1169/2021-PGJ, DE 9.4.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 8.4.2021, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1170/2021-PGJ, DE 9.4.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Leonardo Henrique Chimini para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 3ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, decorrente da exoneração de Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1171/2021-PGJ, DE 9.4.2021

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Caique de Moura Santos para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 3ª Procuradoria de Justiça Criminal, decorrente da exoneração de Andressa Munhoz Angelo Ennes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 1137/2021-PGJ, DE 7.4.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Carlo Zanandreis Lopes, por meio da Portaria nº 181/2021-PGJ, de 18.1.2021, que seriam usufruídas no período de 22 a 31.3.2021, a serem usufruídas no período de 16 a 25.8.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1138/2021-PGJ, DE 7.4.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 4.3.2021, as férias do servidor Claodemir Pedro Todescato Junior, concedidas por meio da Portaria nº e-307/2020-PGJ, de 9.11.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 24.3.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1158/2021-PGJ, DE 8.4.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Patrick Arruda Santana, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, e suas modificações, que seriam usufruídas no período de 3 a 7.5.2021, a serem usufruídas no período de 19 a 23.4.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1159/2021-PGJ, DE 8.4.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fabiana Lopes da Silva, por meio da Portaria nº e-50/2020-PGJ, de 24.8.2020, com a redação dada pela Portaria nº 848/2021-PGJ, de 8.3.2021, que seriam usufruídas no período de 22 a 31.3.2021, a serem usufruídas no período de 3 a 12.5.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1162/2021-PGJ, DE 8.4.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Fernanda Bueno dos Santos, por meio da Portaria nº 852/2020-PGJ, de 5.3.2020, com a redação dada pela Portaria nº 3505/2020-PGJ, de 4.11.2020, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.4.2021, a serem usufruídas no período de 21 a 30.7.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1166/2021-PGJ, DE 8.4.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Werner Vinicius da Silva Bezerra, por meio da Portaria nº e-114/2021-PGJ, de 9.2.2021, que seriam usufruídas no período de 22 a 31.3.2021, a serem usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2021, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1167/2021-PGJ, DE 8.4.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 8.2.2021, as férias da servidora Marisabel Moreira Santos, concedidas por meio da Portaria nº e-301/2020-PGJ, de 9.11.2020, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 22 a 27.4.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1163/2021-PGJ, DE 8.4.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Danielle Priscila Bernardo da Silva, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça de Amambai, no período de 15 a 31.3.2021, em razão de licença-paternidade, e no período de 5 a 14.4.2021, em razão de férias do servidor Lucas Santana Lima.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1164/2021-PGJ, DE 8.4.2021**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Priscila Silva Zandoná, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença para casamento, a partir de 10.4.2021, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “a”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1165/2021-PGJ, DE 8.4.2021

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Thaís da Silva Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Projetos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu cônjuge, no período de 29.3 a 5.4.2021, nos termos dos artigos 171, inciso III, alínea “b”, e 178, inciso II, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e do artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 22/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**PAUTA DA 7ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE INICIARÁ NO DIA 19 DE ABRIL DE 2021.****1. Expedientes:****1.1. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001524-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001035-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001031-7.

2. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai:

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002591-7.

3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000416-0.

4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002853-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000986-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004135-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004394-4.

**5. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003818-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001889-7.

6. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003754-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003550-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003549-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003347-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002805-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001208-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000133-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004328-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003952-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003277-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000713-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001474-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003613-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000233-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003923-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003751-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003173-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003079-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002598-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000978-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003217-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002807-3.

7. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000757-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001157-1.

8. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002222-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000872-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000075-6.

9. Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000902-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003210-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000433-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000435-9.

10. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003050-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001121-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003523-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003662-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001100-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001101-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001695-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004110-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002160-3.

11. Promotoria de Justiça da comarca de Deodópolis:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001943-0.



- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000895-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003176-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001525-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003125-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003126-7.

12. Promotoria de Justiça da comarca de Batayporã:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000719-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003524-8.

13. 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:

- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000747-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000085-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000282-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000667-2.

14. Promotoria de Justiça da comarca de Coronel Sapucaia:

- Procedimento Administrativo nº 09.2019.00003712-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002793-7.

15. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:

- Procedimento Administrativo nº 09.2020.00001081-7.

2. Ordem do dia:

2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002824-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Agripar Aviação Agrícola LTDA

Assunto: Apurar regularidade de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento válido da empresa denominada "Agripar Aviação Agrícola Ltda.", em áreas do município de Ponta Porã/MS.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000518-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A apurar

Assunto: Apuração de eventuais danos ao meio ambiente, em decorrência da abertura de nova vala no lixão municipal de Anastácio, em tese, por empresa privada, sem autorização específica para isso.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001236-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Volnei Alcindo Loro

Assunto: Apuração de eventual armazenamento e utilização de agrotóxicos com data de validade vencida na Fazenda Santo Tomaz, de propriedade de Volnei Alcindo Loro, bem como apuração da situação jurídico-ambiental da propriedade em relação à conservação das áreas de reserva legal, e preservação permanente, e ainda, o correto manejo do solo.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001106-3 – SIGILOSO

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00003083-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo



Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM e outras

Assunto: Apurar os danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens no Município de Japorã/MS.

6. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.000010455-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Recorrente: Silvana Regina Leite Gonçalves

Recorrido: A apurar

Assunto: Solicitar providências do Poder Público Municipal e responsáveis, no sentido de solucionar os transtornos decorrentes da concentração dos "blocos independentes" durante o carnaval na Rua Dom Aquino, entre as Ruas Major Gama e Firmo de Matos, no Município de Corumbá/MS.

7. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000140-7

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apuração do suposto descumprimento da jornada de trabalho pelo servidor público Eduardo Carpejani Mendonça, ocupante do cargo de professor, cedido pelo Município de Aquidauana à Secretaria de Educação do ente municipal local.

8. Inquérito Civil nº 06.2016.00001185-9 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aparecida do Taboado

2.1.2. RELATORA-CONSELHEIRA ARIADNE DE FÁTIMA CANTÚ DA SILVA:

1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000850-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fernando Momm

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio de Recreio Chácara Pesqueiro da Barra Lote 13", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0350, no âmbito do Programa SOS Rios.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000268-3 – SIGILOS

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000993-2

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerentes: Ministério Público Estadual

Requeridos: Águas Guariroba S/A

Assunto: Apurar eventual irregularidade na cobrança da tarifa fixa de R\$ 12,00 nas contas de água pela empresa Águas Guariroba S.A.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001501-2 – SIGILOS

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Mundo Novo

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00002360-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade ambiental na Fazenda localizada nas coordenadas geográficas WGS 84: O 56 24 47.118, S 20 58 12.023, em razão da supressão de 2.9989 hectares de vegetação nativa.

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001647-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Nossa Senhora de Caacupê, Amado Jesus Rodrigues de Oliveira

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Nossa Senhora de Caacupê de propriedade de Amado Jesus Rodrigues de Oliveira e Outra, as margens do Rio Apa.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002325-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Antônio João, CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados - Abad, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Instituto Aço Brasil, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, Bunge Alimentos S/A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens compostas de aço no Município de Antônio João

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002335-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD – Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - ABIOVE, ABIPET – Associação Brasileira da Indústria do Pet, Associação Brasileira da Indústria do Plástico - ABIPLAST, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, PLASTIVIDA - Instituto Socioambiental dos Plásticos, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Associação Brasileira das Indústrias de Etiquetas Adesivas - ABIEA, Associação Brasileira da Indústria de Embalagens Plásticas Flexíveis - ABIEF, Associação Brasileira de Polímeros - ABPOL, Associação Brasileira de Descartáveis - ABRADE, Associação Brasileira dos Fabricantes de Embalagens Laminadas Flexíveis, - ABRAFLEX, Associação Brasileira do Poliestireno Expandido - ABRAPEX, Associação dos Fabricantes de Refrigerantes do Brasil - AFREBRAS, Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC, Instituto Brasileiro do PVC, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., BRASKEM S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de plásticos no Município de Aral Moreira.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002342-0**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã, CEMPRE - COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM, ABAD - Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de produtos Industrializados, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação - ABIA, Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação - ABINPET, ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE REFRIGERANTES E BEBIDAS NAO ALCOOLICAS, Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA, Associação Brasileira de Bebidas - ABRABE, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais - ABINAM, Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV, Associação Brasileira das Empresas de Produtos Naturais - ABENUTRI, Associação Brasileira de Fabricantes e Importadores de Artigos Escolares - ABFIAE, Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres - ABIAD, Associação Brasileira da Indústria de Café - ABIC, Associação Brasileira da Indústria de Chocolate, Cacau, Balas e Derivados - ABICAB, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, Associação Brasileira de Gastronomia, Hospedagem e Turismo - ABRESI, Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos - ABRINQ, Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal - SINDAN, Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal - SINDIRAÇÕES, Instituto Brasileiro da Cachaça - IBRAC, Coca-cola Indústrias Ltda., CARGILL ALIMENTOS LTDA, AMBEV S.A., Atacadão S.A., PEPSICO DO BRASIL LTDA, Nestle Brasil Ltda, BUNGE ALIMENTOS S.A, Kellogg Brasil Ltda.

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de vidro no Município de Ponta Porã.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003436-0

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível descumprimento dos padrões mínimos de qualidade exigidos no índice do IDEB, pela educação fundamental do Município de Pedro Gomes/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2017.00000120-0

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual omissão no Atendimento Médico no Hospital Municipal, no Município de Camapuã-MS.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00002341-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Valdomiro Silvestres Passos

Assunto: Apurar a existência de construção em Área de Preservação Permanente (rancho de pesca), de propriedade de Valdomiro Silvestre Passos, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização do referido imóvel, de acordo com as normas ambientais vigentes.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00001119-3 – SIGILOS

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

10. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000606-8 – SIGILOS

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora

2.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00001018-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Flávio Gerardo Benites Zelada

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sitio das Lambari - Lote 12.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0267, no âmbito do Programa SOS Rios.

**2. Inquérito Civil nº 06.2016.00001425-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Chiodelli Alimentos Ltda

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental consistente na produção/aquisição de carvão vegetal nativo sem a cobertura do documento de origem florestal emitido por órgão competente.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001265-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Luiz dos Santos Prior e Ademir de Souza

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do Lote 74 da Quadra 73, do Município de Deodápolis/MS, bem como eventuais danos ambientais causados pelo manejo inadequado do solo e da vegetação nativa do referido imóvel rural.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000105-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Aral Moreira e Ivanir Gonçalves Greco

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa praticado por servidor público municipal de Aral Moreira.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000401-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerido: Claudio Trivelato

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 11,35 hectares, de vegetação nativa, na propriedade rural, "Fazenda Primavera", no município de Alcinópolis/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração n.º 1402 da Polícia Militar Ambiental.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00001803-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Rochedo/MS

Assunto: Apurar irregularidades existentes no tratamento e destinação dos resíduos sólidos no Município de Rochedo/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000860-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ney Ribeiro Fragelli

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Fazenda Porto Canuto", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0965, no âmbito do Programa SOS Rios.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000057-4**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Bodoquena

Assunto: Apurar eventual ilegalidade no contrato firmado entre a Câmara Municipal de Bodoquena e a empresa Trevisan Advogados Associados SS, sem a realização de procedimento licitatório.

2. Inquérito Civil n.º 06.2020.00001016-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Associação dos Gestores da Caixa Econômica Federal/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Recreio - Chácara Pesqueiro Da Barra - Lote 70.", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0357, no âmbito do Programa SOS Rios.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001881-0**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Douradina

Assunto: Apurar possível injuridicidade no que tange à Nota de Empenho n. 187/2019, em razão de ter sido emitida, a princípio, em favor de Darcy Freire, ex-prefeito de Douradina/MS.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000328-1

26ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar a implantação e eficiência do serviço público de bem estar animal no município de Campo Grande, especialmente quanto a regulamentação da Lei Municipal nº 5.392/2014, que instituiu o programa “bem-estar animal” nesta urbe.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.000002378-1

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a inscrição de propriedades rurais no CAR (Cadastro Ambiental Rural), conforme iniciativa estratégia do Núcleo Ambiental do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001302-5

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reginaldo Pereira Lins

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na reserva legal do imóvel rural denominado Lote Rural nº34, Quadra nº 71, 11ª Linha, Município de Deodápolis/MS.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000332-7

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar degradação ambiental causada pela supressão de 3,60 hectares de fragmento de vegetação Bioma Mata Atlântica da Fazenda Lira III, vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, sem autorização da autoridade ambiental competente.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000938-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tania Mara Cury

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ou à saúde pública em decorrência da situação de abandono verificada na residência localizada na

Avenida Ernesto Garcia Leal, n. 140, Centro, nesta cidade.

2.1.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000221-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: 2º Grupamento de Polícia Militar Ambiental de São Gabriel do Oeste/MS e Ministério Público Estadual

Requerido: Edevardo Tomaz Garcia

Assunto: Apurar a responsabilidade pela supressão de 168 toras de madeira da espécie Angico correspondente ao volume de 3m³ (três metros cúbicos), em área da Fazenda Planalto, sem a autorização do órgão ambiental.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000744-1 – SIGILOSO

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00002336-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aral Moreira/MS

Assunto: Apurar a existência de danos ambientais, sociais e econômicos relativos à falta de implementação da logística reversa de embalagens de vidro no município de Aral Moreira.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00002722-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Alencar Vieira

Assunto: Apurar eventual supressão de vegetação sem autorização do órgão ambiental competente, ocorrida na Fazenda Estrela, situada no Município de Rochedo/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000762-3

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marcus Douglas Miranda

Assunto: Apurar a notícia de suposta prática de ato de improbidade administrativa, decorrente do fato de Agente Político Municipal ter se utilizado de seu cargo e do prestígio político do mesmo para a contratação de familiar pela Administração Pública Estadual.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002388-5

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Tânia Maria Lopes

Assunto: Apurar a regularidade da Área de Preservação Permanente do Córrego Cabeceira Bom Jardim inserida em propriedade particular denominada Rancho Iluminado I.

7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001650-0

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da ocorrência de ato de improbidade administrativa por ocasião da contratação de Meire Hellen Pereira Barbosa, para o cargo de médico, pela Prefeitura de Naviraí no mês de junho de 2019.

8. Inquérito Civil nº 06.2019.00001375-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Paulino Sena Pereira

Assunto: Apurar suposta utilização do cargo pelo Diretor de Cultura do Município de Bodoquena para fins de favorecimento pessoal e de divulgação de sua dupla musical "João Senna e Antônio Dias".

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001797-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no funcionamento dos cemitérios locais, os quais estão operando sem licença ambiental e sem autorização da Secretaria de Saúde.

10. Inquérito Civil nº 06.2020.00000622-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eliane Flaminio Rosa e outros

Assunto: Apurar o desmatamento de 2,04 hectares em área de Savana arborizada sem floresta-de-galeria, na Fazenda São João, em Bandeirantes, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 193/20/NUGEO.

**11. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001071-7**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Pardo/MS

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão de suposto desperdício de recurso público, uma vez que na Escola Municipal Raimundo Cândido de Araújo, em Santa Rita do Pardo/MS, houve a instalação de aparelhos de ar-condicionado em todas as salas de aula, sendo que, até o presente momento, sequer estariam em funcionamento, assim como em decorrência da instalação da Biblioteca Municipal no interior da referida escola, o que colocaria em risco os estudantes do local.

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000779-0**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hilton Teixeira Paim

Assunto: Apurar eventual irregularidade jurídico ambiental no imóvel denominado "Lote Urbano Sem Denominação (Hilton Paim)", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0477, no âmbito do Programa SOS RIOS.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00000849-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Reinaldo de Andrade Silva

Assunto: Apurar eventual irregularidade ambiental no imóvel denominado "Sítio De Recreio - Chácara Pesqueiro Da Barra - Lote 18", tal como consta na Ficha Cadastral nº 0247, no âmbito do Programa SOS Rios.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00001003-9

10ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar informações prestadas em reunião na 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS quanto ao serviço de verificação de óbito.

4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000802-1

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades constatadas pelo Conselho Municipal de Saúde de Camapuã/MS, na utilização de recursos públicos durante o ano de 2015.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000389-3

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande/MS

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cirúrgica Fernandes - Comércio de Materiais Cirúrgicos e Hospitalares – Ltda.

Assunto: Apurar eventual irregularidade quanto a falta de itens hospitalares em estoque que são disponibilizados para compra.

6. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001135-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na regulamentação e pagamento de diárias no âmbito da Câmara Municipal de Anastácio/MS no ano de 2019.

**2.1.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000809-9**

4ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Três Lagoas

Assunto: Apurar a eventual ausência de prestador para os serviços médicos de litrotripsia extracorpórea (LECO), bem como empreender medidas colaborativas para a diminuição ou eliminação da fila de espera respectiva.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001307-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Deodápolis

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Caetano Pascoal Pitelli Milani

Assunto: Apurar a degradação ambiental em trecho da Área de Preservação Permanente do Córrego Barreirito, no Município de Deodápolis (coordenadas geográficas 22°15'56.96"S54°09'24.05"O).

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002143-9

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Anastácio

Assunto: Apurar suposta ocorrência de falha na manutenção do sistema viário no Município de Anastácio.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00000839-9

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de descumprimento do disposto no artigo 13 da Lei nº 8429/92 pelo Município de Naviraí/MS.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00001340-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alfonso Rosafa Rodrigues

Assunto: Buscar a reparação/compensação da supressão de 556,76 hectares de vegetação nativa, fora dos polígonos autorizados nas AA n. 510/2016 e 676/2015, no interior do imóvel rural "Fazenda Campo Zélia", pertencente a Alfonso Rosafa Rodrigues, em desacordo com a licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001379-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Policon Engenharia Ltda. e Município de Sidrolândia

Assunto: Apurar irregularidades nas Tomadas de Preço nº 14/2010 e nº 04/2012.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000658-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Pio Barbosa

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental de desmatamento de 33,42 hectares de vegetação nativa na propriedade rural "Fazenda Santa Rita de Cássia", no município de Coxim/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer do NUGEO n. 95/2020.



DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 5ª SESSÃO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 15 DE MARÇO DE 2021.

2. Ordem do dia:

2.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

2.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00003425-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agropecuária Taipa Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Taturi (IC 16/2012).

EMENTA: 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE AMAMBAI/MS - APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA TATURI – IRREGULARIDADES SANADAS - AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, exsurge imponente o convencimento da inexistência de justa causa para a continuidade do presente feito. Primeiro, porque o requerido empreendeu os esforços necessários para mitigação dos efeitos ambientais consecutórios de sua conduta e reestabelecimento *in integrum* da biota. Ademais, observou-se que a área de reserva legal está sendo compensada mediante a aquisição de cotas de propriedade situada no mesmo bioma, tendo sido comprovada a utilização de cotas realizada pelo sistema SIRIEMA, bem como se encontra devidamente isolada por cerca. Outrossim, consoante relatório elaborado pela Polícia Militar Ambiental, restou constatado que a área de preservação permanente está isolada, assim como estão sendo adotadas medidas de conservação do solo, não se evidenciando processos erosivos. Constatou, ainda, que foram construídas fossas sépticas e, os resíduos sólidos estão sendo separados e levados para Juti.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000041-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura de Batayporã

Assunto: Apurar possível irregularidade na renovação de contratos com as empresas Simpa Assessoria e Planejamento Eireli EPP e Lamper Digitalização e Sistemas Ltda.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BATAYPORÃ/MS – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – SIMPA ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EIRELI-EPP – LAMPER DIGITALIZAÇÃO E SISTEMAS LTDA – CONTRATAÇÕES REALIZADAS PARA FINALIDADES A SEREM ATENDIDAS NA ATIVIDADE FIM DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IRREGULARIDADES CONSTATADAS – AJUIZAMENTO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 09000007-75.2020.8.12.0027 — ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O Inquérito Civil em análise foi instaurado para fins de apurar ilegalidades quanto à prorrogação dos contratos firmados entre o Município de Batayporã e as empresas Simpa Assessoria e Planejamento EPP e Lamper Digitalização e Sistemas Ltda. Realizadas as diligências instrutórias, constatou-se a existência de irregularidades quanto ao objeto dos serviços e as prorrogações contratuais. As diligências encetadas nos presentes autos compuseram o conjunto probatório que embasou o ajuizamento da Ação Civil Pública nº 09000007-75.2020.8.12.0027, em trâmite no juízo de Batayporã. Devido ao caráter satisfativo das medidas adotadas e a resolutividade da atuação ministerial, a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000448-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Contrate Vistoria LTDA-ME.

Assunto: Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa decorrentes da utilização das dependências da agência do DETRAN/MS nesta cidade por empresa privada de vistoria veicular.

Retirado de pauta em razão do pedido da Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya para inclusão em pauta presencial.

**2.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JUNIOR:****1. Inquérito Civil nº 06.2020.00000417-0**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Verificar a existência de Plano de Ação no que pertine aos alunos da rede estadual de ensino no tocante a problemática decorrente do não fornecimento de merenda escolar durante o período de suspensão das aulas em caráter excepcional decorrente do corona vírus (Covid-19).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INFÂNCIA E JUVENTUDE – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM TEMPOS DE PANDEMIA – DIREITOS CONSTITUCIONAIS GARANTIDOS – ATUAÇÃO POSITIVA E EFICAZ DO PODER PÚBLICO NO PROVIMENTO DAS NECESSIDADES ALIMENTARES DOS ESTUDANTES AFETADOS PELA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração da atuação positiva e eficaz dos organismos estatais na implementação de políticas públicas destinadas ao provimento das necessidades alimentares dos estudantes da rede pública de ensino afetados pela suspensão das aulas presenciais em razão da pandemia do coronavírus, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva pelo *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000889-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Inocência

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Felício Liedke

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Bom Tempo, decorrente de sedimentação do solo e acesso de semoventes nas áreas de proteção jurídico-ambiental.

Advogado: Pedro Henrique Cardoso Lucchesi Teodoro – OAB/SP nº 248.289

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – EROSÃO – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO – RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS DEGRADADOS E CONSERVAÇÃO DO SOLO – OBRIGAÇÕES QUE DEMANDAM FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE – ARQUIVAMENTO DO APURATÓRIO DE ORIGEM – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a celebração de termo de ajustamento de conduta, com obrigações suficientes ao reestabelecimento *in integrum* do bem ambiental lesado e ao ressarcimento dos prejuízos ecológicos decorrentes da falta de conservação do solo e isolamento dos espaços de proteção, cujo adimplemento será aquilutado em procedimento administrativo específico de controle, através do sistema eletrônico SAJ/MP, o arquivamento do apuratório de origem é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00006019-5

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Recorrente: Carlos Martins Espinoza

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível prática de poluição sonora por estabelecimento comercial.

EMENTA: NOTÍCIA DE FATO – MEIO AMBIENTE – POLUIÇÃO SONORA – ESTABELECIMENTO COMERCIAL – USO ABUSIVO DE EQUIPAMENTOS SONOROS – PERTURBAÇÃO AO SOSSEGO – CONTROVÉRSIA RESTRITA A LINDEIROS DE PAREDE – INTERESSE INDIVIDUAL DE NATUREZA EMINENTEMENTE PRIVADA – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A INTERVENÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – RECURSO DESPROVIDO. Sobrevindo a constatação de que a “situação-tipo” narrada na peça de arranque abarca, em verdade, incômodo restrito a lindeiros de parede, vinculado a interesse privado sem relevância ou prejuízo de dimensão social assaz a legitimar a tutela coletiva pelo *Parquet*, exsurge imponente o convencimento de que o arquivamento do apuratório é medida que se impõe.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto, nos termos do voto do Relator.

4. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000387-1

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual



Requerido: A apurar

Assunto: Apurar situação de calamidade pública que assola todo o Brasil, diante da propagação do vírus COVID-19 e da necessidade da adoção de medidas para assegurar o cumprimento das normas relativas ao consumidor, a fim de coibir práticas abusivas nas relações de consumo.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – CONSUMIDOR – PRÁTICAS ABUSIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA – IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A TUTELA COLETIVA – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Sobrevindo a constatação de que, decorridos mais de oito meses desde a recomendação cautelar aviada pelo *Parquet*, para assegurar o cumprimento das normas consumeristas e coibir práticas abusivas no contexto da pandemia do coronavírus, não se teve notícia qualquer de irregularidades perpetradas pelos comerciantes locais, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica de substituição.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001663-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Entre Rios - Gleba 05, Dari Eberhard

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Entre Rios - Gleba 05 de propriedade de Dari Eberhard e Outra, as margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL – DEMARCAÇÃO E CONSERVAÇÃO – CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO – APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS DEGRADADOS – ACAUTELAMENTO SATISFATÓRIO DO BEM AMBIENTAL LESADO, COMPROVADO MEDIANTE VISTORIA *IN LOCO* – DEGRADAÇÃO TRANSITÓRIA QUE NÃO IMPORTA EM PREJUÍZO ECOLÓGICO – INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR/MS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Conclui-se pelo perecimento superveniente do interesse de agir do Ministério Público para a tutela coletiva se, à minguada da remanescência de qualquer prejuízo ecológico ou cenário moveição de risco ao meio ambiente, o requerido, *sponte propria*, adotou todas as providências necessárias para o reestabelecimento *in integrum* das áreas de preservação permanente e reserva degradadas, conforme atestado mediante vistoria *in loco*, e, ainda, promoveu a inscrição do imóvel no CAR/MS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00002706-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Rosane Martins Carvalho

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Tarumã, localizada no município de Amambai/MS (IC 17/2012).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MEIO AMBIENTE – ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL – EROSÃO – DEMARCAÇÃO E CONSERVAÇÃO – CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO – APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DOS ESPAÇOS DEGRADADOS – ACAUTELAMENTO SATISFATÓRIO DO BEM AMBIENTAL LESADO, COMPROVADO MEDIANTE VISTORIA *IN LOCO* – DEGRADAÇÃO TRANSITÓRIA QUE NÃO IMPORTA EM PREJUÍZO ECOLÓGICO – INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR/MS – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Conclui-se pelo perecimento superveniente do interesse de agir do Ministério Público para a tutela coletiva se, à minguada da remanescência de qualquer prejuízo ecológico ou cenário moveição de risco ao meio ambiente, o requerido, *sponte propria*, adotou todas as providências necessárias para o reestabelecimento *in integrum* das áreas de preservação permanente e reserva degradadas, conforme atestado mediante vistoria *in loco*, e, ainda, promoveu a inscrição do imóvel no CAR/MS.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**7. Inquérito Civil nº 06.2019.00001358-0**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: G.A.F.S.I.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade consistente na inautenticidade do diploma apresentado pela servidora G.A.F.S.I. ao tomar posse em cargo público no Município de Corumbá-MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – UTILIZAÇÃO DE DIPLOMA FALSIFICADO PARA TOMAR POSSE EM CARGO PÚBLICO – DENÚNCIA ANÔNIMA – INEXISTÊNCIA DE PROBABILIDADE LÓGICA ALÉM DE MERAS SUSPEITAS – FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A ATUAÇÃO FUNCIONAL DO *PARQUET* – ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração da autenticidade material do diploma apresentado pela servidora investigada, sem que tenha remanescido sobressalente qualquer indício infirmante à sua frequência em curso de ensino superior e à graduação universitária certificada, exsurge imponente o convencimento da inexistência de fundamento para a atuação funcional do *Parquet*.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00001414-6

Promotoria de Justiça Cível da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no último processo de eleição para membros do Conselho Municipal de Saúde de Nova Alvorada do Sul-MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – PATRIMÔNIO PÚBLICO – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – ELEIÇÃO SUSTADA POR DECRETO MUNICIPAL – REVOGAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO E REESTABELECIMENTO *IN INTEGRUM* DO PLEITO ACOIMADO ILEGAL – CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO DA RECOMENDAÇÃO AVIADA PELO *PARQUET* – AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO – ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO CIVIL – HOMOLOGAÇÃO. Esgotadas todas as diligências com a demonstração de que o ente público requerido acatou a recomendação ministerial, tão logo advertido de que seu comportamento estava em desconformidade com os preceitos normativos que garantem a democratização da gestão das políticas de saúde do município, promovendo, então, a regularização da situação acoimada ilegal, exsurge imponente a perda superveniente do interesse de agir do *Parquet* para a tutela coletiva.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO GERARDO ERIBERTO DE MORAIS:**1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001024-0**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a comercialização de bebida alcoólica à adolescentes nas Aldeias do Município de Miranda-MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR A COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDA ALCOÓLICA À ADOLESCENTES NAS ALDEIAS DO MUNICÍPIO DE MIRANDA - PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1.Compulsando os autos, verifica-se que houve a perda do objeto do feito, tendo em vista expedição e aceitação de recomendação pelas lideranças indígenas (fl. 145) e ao trabalho desempenhado no município de Miranda no sentido de impedir a venda de bebida à menores, em especial, a comunidade indígena. 2.Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica de substituição.

2. Inquérito Civil n.º 06.2020.00001012-8

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Francisco Ferdinando Andrekowisk Filho

Assunto: Apurar desmatamento de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda Ribeirão, em Rio Negro, sem autorização da



autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 378/17/NUGEO, Operação Cervo-do-Pantanal, (2013-2015) e Parecer nº 555/19/NUGEO, Programa DNA Ambiental (2016-2017).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA, OCORRIDO NA FAZENDA RIBEIRÃO, EM RIO NEGRO, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – LITISPENDÊNCIA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Durante a instrução, verificou-se a duplicidade de procedimentos tramitando no órgão de execução com o mesmo objeto e as mesmas partes, configurando-se o instituto da litispendência; 2. Os fatos apurados neste Inquérito Civil também estão sendo investigados no Inquérito Civil nº 06.2018.00001485-3, instaurado em data anterior a este procedimento, para "apurar danos ambientais constatados, pela Polícia Militar Ambiental, na Fazenda Ribeirão, situada no Município de Rio Negro, de propriedade de Francisco Ferdinando Andrekowisk Filho". 3. De acordo com a regra processual prevalecente, nos casos em que há duplicidade de procedimentos, o mais antigo deve permanecer em trâmite, enquanto o mais recente será arquivado; 4. Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000977-6

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar doação irregular de terrenos no bairro Nova Coxim. (IC 13/2013)

Procurador do Município: Flávio Garcia da Silveira – OAB/MS nº 6.742.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR DOAÇÃO IRREGULAR DE TERRENOS NO BAIRRO NOVA COXIM - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Nota-se que, consoante informado pelo Setor de Habitação do Município de Coxim (fl. 296), ao ser realizada busca nos arquivos do órgão, foi constatado a existência de processo iniciado em 2013, onde a situação da Sra. Viviane Paulino da Silva foi acompanhada pela Técnica do Setor, salientando que a doação estaria irregular. 3. Ocorre que, foi exposto que a situação da Sra. Viviane poderia ser atendida conforme os processos administrativos do Setor, razão pela qual foi expedido ofício à Sra. Viviane Paulino da Silva, acompanhado de cópia do ofício de fls. 295-296. Assim, verifica-se que o Setor de Habitação do Município já está acompanhando a regularização fundiária do lote da Sra. Viviane, visando deflagrar procedimento para regularização da casa recebida em doação. 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00003432-7

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários e Servidores Públicos do Estado de MS

Assunto: Apurar eventual omissão do CET (custo efetivo total) da taxa de juros oferecida nos empréstimos consignados disponibilizados através do portal Econsig pela empresa Sicoob.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OMISSÃO DO CET (CUSTO EFETIVO TOTAL) DA TAXA DE JUROS OFERECIDA NOS EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS DISPONIBILIZADOS ATRAVÉS DO PORTAL ECONSIG PELA EMPRESA SICOOB – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração e cumprimento de ajuste de conduta. 2. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu em realizar as obrigações contidas nas fls. 286-289. 3. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2020.00003863-8 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas foram objeto de TAC. 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

**5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000690-9**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: 2º Pel 2ª cia 15º Batalhão de Polícia Militar

Requerido: Alberto José Patzold

Assunto: Apurar as irregularidades ambientais consistentes em destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente e cortar e transformar em carvão madeira de lei em desacordo com as determinações legais, na Fazenda Pó de Ouro, situada no município de Bodoquena.

Advogado: Krysth H. F. Souza Fraga Jacob de Oliveira – OAB/MS nº 22.981

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA FAZENDA PÓ DE OURO, SITUADA NO MUNICÍPIO DE BODOQUENA, CONSISTENTES EM DESTRUIR E DANIFICAR ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, BEM COMO CORTE OU TRANSFORMAÇÃO DE MADEIRA DE LEI, ASSIM CLASSIFICADA POR ATO DO PODER PÚBLICO, PARA FINS ENERGÉTICOS OU PARA QUALQUER OUTRA EXPLORAÇÃO ECONÔMICA OU NÃO, EM DESACORDO COM DETERMINAÇÕES LEGAIS - IRREGULARIDADES CONSTATADAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1.As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta. 2.Durante a instrução, houve a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o compromissário, o qual se obrigou, entre outras condições a regularizar a área de reserva legal, cumprir as condicionantes do PRAD e a indenizar os danos ambientais. 3.Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2020.00003784-0 para o acompanhamento do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas na perícia ambiental foram objeto de TAC. 4.Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil). 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. Declarou-se impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica de substituição.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00003606-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: João Carlos Martins, Espólio de Francisco Ferreira Assumpção, Carlos Augusto Tiezzi e Celso Oracy Ribeiro

Assunto: Apurar eventuais danos ao meio ambiente decorrentes de queimadas ilegais ocorridas em áreas rurais administradas pela empresa Agro Energia Santa Luzia no município de Nova Alvorada do Sul.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAIS DANOS AO MEIO AMBIENTE DECORRENTES DE QUEIMADAS ILEGAIS OCORRIDAS EM ÁREAS RURAIS ADMINISTRADAS PELA EMPRESA AGROENERGIA SANTA LUZIA NO MUNICÍPIO DE NOVA ALVORADA DO SUL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INVESTIGAÇÃO DESMEMBRADA - DILIGÊNCIAS ESGOTADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que, em relação à propriedade São José do Tatuí, as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta. 2. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2020.00004030-0 para o acompanhamento do TAC celebrado e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas na perícia ambiental foram objeto de TAC. 3. Por outro lado, no que se refere às demais propriedades rurais, o Promotor de Justiça, a fim de melhor conduzir a investigação, decidiu pela instauração de inquéritos civis autônomos (f. 1.127). 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000826-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual irregularidade nos procedimentos licitatórios que resultaram na contratação de Luiz Carlos Figueiredo (Por R\$ 114.607.01) e de Rodrigo Teodoro Dias (por R\$204.607.61) para aquisição de medicamentos, de janeiro a dezembro/2010, notícia no Relatório de auditoria do SES nº944/2011.

Procurador do Município: Flávio Garcia da Silveira – OAB/MS nº 6.742.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS QUE RESULTARAM NA CONTRATAÇÃO DE LUIZ CARLOS FIGUEIREDO-ME E DE RODRIGO TEODORO DIAS-ME PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DE JANEIRO A DEZEMBRO/2010 – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que, de acordo com os documentos acostados nos autos, principalmente em relação ao Relatório de Análise Contábil realizado pelo Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução Corpo Técnico de Contabilidade e Economia - DAEX (fls. 2099-2112), não há elementos que recomendem o ajuizamento de qualquer demanda cível, tendo em vista que o objeto de apreciação neste procedimento não persiste. 3. Outrossim, restou demonstrado que os valores dos medicamentos são compatíveis com os preços máximos de venda, dispostos nas tabelas da Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico ABCFARMA. 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2020.00009173-3

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Recorrente: Anônimo

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Desmatamento Parque dos Poderes.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO – DESMATAMENTO PARQUE DOS PODERES – OBJETO DE ANÁLISE EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA E INQUÉRITO CIVIL - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1. Analisando os autos, verifica-se que o recurso interposto não deve ser provido, tendo em vista que a insurgência alegada pelo(a) recorrente já está sendo objeto de análise em ação civil pública (nº 0914940-68.2019.8.12.0001) e em inquérito civil (nº 06.2019.00000930-0). 2. Não conhecimento do recurso.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto e pela consequente homologação da promoção de arquivamento da Notícia de Fato, nos termos do voto do Relator.

9. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001108-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica

Requerido: R. Alves Silva Comércio de Madeiras

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido R. Alves Silva Comércio de Madeiras, por transportar madeira serrada em desacordo com as normas vigentes.

Retirado de pauta em razão do pedido do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Silvio Cesar Maluf, para inclusão em pauta presencial.

10. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001045-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica

Requerido: K2 Madeiras Ltda

Assunto: Registrar o reclamo da Polícia Militar Ambiental do Município de Costa Rica referente a Autuação em desfavor da empresa K2 Madeiras LTDA, por transportar madeiras serradas sem licença válida para todo o tempo da viagem, outorgada pela autoridade competente.

Retirado de pauta em razão do pedido do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Silvio Cesar Maluf, para inclusão em pauta presencial.

11. Inquérito Civil nº 06.2020.00001244-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Noberto Soares Leite

Assunto: Parecer nº 220/19/Nugeo – Programa DNA Ambiental (2016-2017) e Parecer Técnico Nº 19/2020-PREVFOGO-MS/DITEC-MS/SUPES-MS: buscar a reparação/compensação da supressão de 51,3678 hectares de



vegetação nativa, fora dos polígonos autorizados na AA nº 974/2016, no período de 29/09/2016 a 07/01/2017, no interior do imóvel rural “Fazenda Alvorada” (CARMS0021057), pertencente a Noberto Soares Leite (CPF nº 080.313.201-87), em desacordo com a licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, e contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – BUSCAR A REPARAÇÃO/COMPENSAÇÃO DA SUPRESSÃO DE 51,3678 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, FORA DOS POLÍGONOS AUTORIZADOS NA AA Nº 974/ 2016, NO PERÍODO DE 29/09/ 2016 A 07/ 01/ 2017, NO INTERIOR DO IMÓVEL RURAL “FAZENDA ALVORADA” (CARMS0021057), PERTENCENTE A NOBERTO SOARES LEITE (CPF Nº 080.313.201-87), EM DESACORDO COM A LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES, E CONTRARIANDO AS NORMAS LEGAIS E REGULAMENTARES PERTINENTES – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração e cumprimento de ajuste de conduta. 2. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu em realizar as obrigações contidas nas fls. 131-138. 3. Consigne-se que foi instaurado o PA nº 09.2020.00003688-4 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as pendências diagnosticadas na perícia ambiental foram objeto de TAC. 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Inquérito Civil: 06.2018.00003253-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bataguassu

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bataguassu

Assunto: Apurar eventual descumprimento de adoção da prática da logística reversa em relação a resíduos sólidos (embalagens compostas de PAPEL/PAPELÃO), produzidas no Município de Bataguassu/MS pelas empresas ou associações de empresas do setor de papel/papelão.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DE ADOÇÃO DA PRÁTICA DA LOGÍSTICA REVERSA EM RELAÇÃO A RESÍDUOS SÓLIDOS (EMBALAGENS COMPOSTAS DE PAPEL/PAPELÃO), PRODUZIDAS NO MUNICÍPIO DE BATAGUASSU/MS PELAS EMPRESAS OU ASSOCIAÇÕES DE EMPRESAS DO SETOR DE PAPEL/PAPELÃO – EXISTÊNCIA DE ACORDO EM ANDAMENTO EM INQUÉRITO CIVIL – ADVENTO DO DECRETO ESTADUAL N. 15.340/2019 REGULAMENTANDO A MATÉRIA – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que, a partir do advento do Decreto Estadual n. 15.340/19, foi definido as diretrizes para implantação da logística reversa de embalagens no Estado de Mato Grosso do Sul em que os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos estariam sujeitos a estruturar e implementar sistemas de logística reversa de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos. 2. Aliado a isso, consigne-se que o Inquérito Civil n. 06.2016.00000122-8, instaurado pela 26ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, passou a apurar a ausência de implementação da logística reversa das embalagens no Estado de Mato Grosso do Sul, onde foram entabulados acordos. 3. Assim, verifica-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em discussão permaneça em andamento, seja em razão de o advento do Decreto Estadual n. 15.340/19 regulamentar a forma como as empresas podem realizar a logística reversa, seja porque os acordos firmados pela 26ª Promotoria de Justiça abrangem todo o Estado e, consequentemente, o objeto presente neste procedimento. 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator. A Conselheira Ariadne de Fátima Cantú da Silva declarou-se impedida de votar.

13. Inquérito Civil: 06.2019.00001313-6

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Aparecida do Taboado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Aparecida do Taboado

Assunto: Apurar e fiscalizar as providências adotadas para sanar as irregularidades estruturais do CMEI Adeline



Bernardes de Melo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR E FISCALIZAR AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA SANAR AS IRREGULARIDADES ESTRUTURAIS DO CMEI ADELICE BERNARDES DE MELO – IRREGULARIDADES DO SUMIDOURO SANADAS – DEMAIS IRREGULARIDADES SANADAS POR TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que, em relação às irregularidades referentes ao isolamento do sumidouro desativado na calçada do CMEI Adelice Bernardes de Melo, estas não foram encontradas no Projeto de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (fls. 36-39), logo, encontraram-se sanadas sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública. 2. Por sua vez, quanto às demais irregularidades compreendidas no Projeto de Prevenção Contra Incêndio e Pânico, insta salientar que tais questões já estão sendo devidamente acompanhadas no Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001143-0, que tramita na 2ª Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado, cujo objeto é fiscalizar o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Município de Aparecida do Taboado. 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000139-5

10ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Parte Sigilosa

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no atendimento disponibilizado pela UTI do Hospital da Vida.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NO ATENDIMENTO DISPONIBILIZADO PELA UTI DO HOSPITAL DA VIDA – IRREGULARIDADES CONSTATADAS – OBJETO EM INVESTIGAÇÃO EM PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E INQUÉRITOS CIVIS – FALTA DE JUSTA CAUSA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que, diante das irregularidades constatadas, houve o ajuizamento do Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002050-7 e dos Inquéritos Cíveis nº 06.2019.00001441-3 e nº 06.2019.00001173-8, os quais abrangem o objeto deste procedimento, havendo falta de justa causa para a continuidade das investigações nestes autos. 2. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 06.2017.00001479-3

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Marta Cavalcante dos Santos

Assunto: Apurar eventuais irregularidades, mais precisamente a dilapidação do patrimônio público e o desvio de recursos destinados à merenda escolar, ora praticados na Escola Estadual 2 de Setembro, localizada no Município de Ladário/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES, MAIS PRECISAMENTE A DILAPIDAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E O DESVIO DE RECURSOS DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, ORA PRATICADOS NA ESCOLA ESTADUAL 2 DE SETEMBRO, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE LADÁRIO/MS – EXISTÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO ACERCA DO OBJETO – DILIGÊNCIAS ENCERRADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto que motivou a instauração do presente inquérito investigatório encontra-se esgotado, uma vez que sua finalidade foi atingida. 2. Observa-se que, a Controladoria-Geral do Estado, durante a instrução de Processo Administrativo Disciplinar nº 29/045672/2016 (fls. 1566/1580), reconheceu que a servidora Marta Cavalcante dos Santos incorreu nas condutas previstas nos incisos VII e XII do artigo 235 da Lei Estadual nº 1.102/1990, diante do descumprimento do disposto no artigo 73 da Lei Complementar nº 87/2000, e incisos II, III, VI, VIII, XI e XII do artigo 218 e artigo 219, inciso IV, ambos da Lei Estadual nº 1.102/1990, com a aplicação da sanção de demissão em face dela. 3. Por sua vez, no que se refere ao possível ressarcimento ao erário pela supracitada servidora, o Controlador-Geral do Estado também já determinou a instauração de procedimento administrativo próprio com eventual intervenção da Procuradoria-Geral do Estado, consoante verifica-se à f. 1581. 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e



parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil: 06.2018.00001766-1

2ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Prefeitura Municipal de Ivinhema – MS e Someco Colonização S/A

Assunto: Acompanhar e fiscalizar a execução da regularização fundiária do Distrito de Amandina, no que se refere aos imóveis doados pela Someco S/A no Município de Ivinhema, inicialmente apurados nos autos do Inquérito Civil 011/2PJI/2016.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO DISTRITO DE AMANDINA, NO QUE SE REFERE AOS IMÓVEIS DOADOS PELA SOMEKO S/A NO MUNICÍPIO DE IVINHEMA - NECESSIDADE DE AGUARDAR A CONCLUSÃO DA REURB – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. 1.Inobstante o fundamento do Promotor de Justiça no sentido de arquivar o presente inquérito, confere-se nos autos que a Regularização Fundiária Urbana (REURB) ainda não foi concluída, consoante comprovado às fls. 541-543 e fl. 549, não se podendo concluir pela ausência de irregularidades no que se refere aos imóveis doados pela Someco S/A no Município de Ivinhema. 2.Nesse sentido, oportuno destacar que, no cronograma de execução da REURB (fl. 543), constam etapas “em execução” e “a executar”. Ademais, o último ofício expedido pela Prefeitura do Município de Ivinhema (fl. 549), esclareceu que a regularização fundiária ainda não foi concluída “por se tratar de grande volume de informações e documentos”. 3.Assim, tendo em vista que a Regularização Fundiária Urbana (REURB) ainda não foi concluída, consoante apontou o Ofício n. 727/2020/GAPRE (fl. 549), deve o presente procedimento retornar à 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema para que esta aguarde, pelo menos, a conclusão da 11ª etapa do Cronograma de Execução da REURB, qual seja, a Emissão de Certificado de Regularização Fundiária (fl. 543), para posterior arquivamento. 4. Promoção de arquivamento não homologada.

Deliberação: Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para adoção das providências necessárias, nos termos do voto do Relator.

2.1.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002504-0

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coronel Sapucaia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hospital Municipal Aparício Vidal Garcia

Assunto: Apurar declarações que aludem eventuais problemas na prestação de serviço público de saúde no Hospital Aparício Vidal Garcia, do município de Coronel Sapucaia/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CORONEL SAPUCAIA – APURAR EVENTUAIS PROBLEMAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL APARÍCIO VIDAL GARCIA - PERDA DE OBJETO - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - AUSÊNCIA DE NEGLIGÊNCIA OU DESÍDIA NO ATENDIMENTO PRESTADO - ARQUIVAMENTO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA PELO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA, ANTE A INEXISTÊNCIA DE MÁ CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verificou-se a inexistência de irregularidades a serem sanadas, tendo em vista que, não houve a comprovação de qualquer negligência ou desídia no atendimento prestado nos casos relatados. Ademais, o Conselho Regional de Medicina arquivou a Sindicância nº 205/2020, ante a ausência de qualquer conduta irregular realizada pelos médicos investigados. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003171-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Angélica

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental em Área de Preservação Permanente no Córrego Ouro Verde, na Fazenda Guassu, Município de Angélica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE ANGÉLICA - APURAR OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO OURO VERDE - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR/MS - OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO Nº 10



DO CSMP - DILIGÊNCIAS FALTANTES - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que não houve a comprovação da inscrição do imóvel rural no CAR/MS. Desse modo, faz-se necessário o retorno dos autos para diligência, consistente na apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da propriedade, conforme preceitua o Enunciado nº 10 do CSMP. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto da Relatora.

3. Inquérito Civil nº 06.2018.00003274-0

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Oluwafemi Ayodele

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no atendimento médico prestado a Larissa Aparecida Cuer Iboshi da Silva no Hospital Regional de Nova Andradina/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE NOVA ANDRADINA – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM ATENDIMENTO MÉDICO PERDA DE OBJETO INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PACIENTE RECEBEU ATENDIMENTO LOGO APÓS SUA CHEGADA AO HOSPITAL - APLICAÇÃO CORRETA DE MEDICAMENTOS E ACOMPANHAMENTO PERIÓDICO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM - ARQUIVAMENTO DE SINDICÂNCIA INSTAURADA PELO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA, ANTE A INEXISTÊNCIA DE ERRO MÉDICO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verificou-se a inexistência de irregularidades a serem sanadas, tendo em vista que, no prontuário de atendimento da paciente, consta que esta adentrou no hospital já em trabalho de parto prematuro, havendo a necessidade de estabilização do caso. Ainda, a denunciante recebeu todos os medicamentos recomendados e ficou sendo monitorada pela equipe de enfermagem até a liberação da transferência solicitada. Ademais, em Sindicância instaurada pelo Conselho Regional de Medicina, não houve a comprovação de qualquer conduta irregular realizada pelo requerido. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

4. Inquérito Civil nº 06.2020.00000017-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Henrique Simões Vigário

Assunto: Apurar irregularidade ambiental na Fazenda Vale do Prata, consistente no dano de 4 hectares de vegetação nativa, sem autorização dos órgãos ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO - DANO AMBIENTAL - SUPRESSÃO VEGETAL SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5. Inquérito Civil nº 06.2020.00000048-5

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de MS

Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Laerte Paes Coelho “Laertão”, localizado no Município de Costa Rica/MS, que será utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional Série A Edição 2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE COSTA RICA - ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DAS



DIRETRIZES DO ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PARTIDAS DE FUTEBOL NO ESTÁDIO LAERTE PAES COELHO - PERDA DE OBJETO – JOGOS NÃO REALIZADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verificou-se que em razão da desclassificação da equipe Costa Rica Esporte Clube, não houve a realização de partidas de futebol do Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol da Série A, no Estádio Laerte Paes Coelho, ocorrendo a perda de objeto do presente Inquérito Civil. Ademais, conforme Laudos de Vistoria apresentados, não foram constatadas irregularidades no referido Estádio, que atualmente se encontra apto a receber eventos esportivos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6. Inquérito Civil nº 06.2020.00000165-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Escola Fundação Bradesco

Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental na Escola Fundação Bradesco, localizada neste município, consistente na reforma e ampliação dos alojamentos, bem como construção de açude para captação de água, sem autorização dos órgãos ou autoridade ambientais competentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ALOJAMENTOS DA FUNDAÇÃO BRADESCO SEM A DEVIDA LICENÇA AMBIENTAL - PERDA DE OBJETO - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PARECER DO IMASUL INFORMANDO SOBRE A ISENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA REALIZAÇÃO DA OBRA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verificou-se a inexistência de irregularidades a serem sanadas, pois conforme informações do IMASUL, as reformas realizadas na Fundação Bradesco são isentas de licenciamento ambiental. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora. Declarou-se impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves em razão de ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica de substituição.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001306-5

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Horácio Zanon - proprietário da Fazenda São Gabriel e da Fazenda São Gabriel do Morro Alto

Assunto: Apurar o desmatamento de vegetação nativa de aproximadamente 17,68 hectares na Fazenda São Gabriel e de aproximadamente 90,29 hectares na Fazenda São Gabriel do Morro Alto, ambas de propriedade de Horácio Zanon, localizadas no Município de São Gabriel do Oeste

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE - APURAR POSSÍVEL DANO AMBIENTAL - DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - PARECER DO IMASUL ATESTANDO A REGULARIDADE DA PROPRIEDADE RURAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. No transcurso do presente procedimento, ficou constatada a inexistência de irregularidades a serem sanadas, porquanto, conforme parecer do IMASUL, o requerido agiu em conformidade com a Declaração Ambiental Eletrônica nº 5663/14 para limpeza de pastagem obtida pelo órgão ambiental competente, não havendo falar no presente caso em ocorrência de danos ambientais. Ademais, certificou-se que as propriedades se encontram devidamente inscritas no Cadastro Ambiental Rural CARMS n.º 51856. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8. Inquérito Civil nº 06.2017.00002107-2

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marli Guerino de Lima

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do imóvel urbano denominado Chácara Bacuri, Lote 56, localizado no Município de Dois Irmãos do Buriti, onde consta como proprietária a pessoa de Marli Guerino de Lima.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI – APURAR IRREGULARIDADE



AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO CHÁCARA BACURI AJUIZAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CAR/MS E PROTOCOLO DE PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA - PRADE PERANTE O IMASUL - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, mediante a apresentação do comprovante de inscrição da propriedade rural no CAR/MS e protocolo do PRADE perante o IMASUL. Ademais, o presente feito não instruiu a Ação Civil Pública ajuizada em face da requerida. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

9. Inquérito Civil nº 06.2020.00000557-0

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corumbá/MS e outros

Assunto: Apurar irregularidade na contratação e na prestação de serviço de segurança particular no carnaval 2013 em Corumbá-MS decorrente da migração para o Sistema SAJMP do IC 54/2013 decorrente do declínio de atribuição do MPF. EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA EM EVENTOS PROCESSO LICITATÓRIO REGULAR - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO – SERVIÇOS DEVIDAMENTE REALIZADOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o procedimento licitatório para a contratação da empresa “KM Segurança Ltda. - ME” observou os requisitos legais, não se comprovando quaisquer irregularidades em seu trâmite. Saliente-se, ainda, que conforme documentos acostados nos autos, houve a devida prestação de serviços pela empresa, havendo o desconto proporcional do valor total pago, em razão do quantitativo inferior de seguranças disponibilizados na data do evento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

10. Inquérito Civil nº 06.2020.00000686-8

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Escolas Particulares de Ensino de Campo Grande-MS

Assunto: Verificar problemas relacionados a educação à distância (realização de atividade) durante o período de isolamento social decorrente do COVID-19, em razão de que nem todos alunos possuem condições de acompanhar, bem como possível falta de estrutura tecnológica de algumas escolas particulares.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES NO ACESSO À EDUCAÇÃO DE QUALIDADE AOS ALUNOS DA REDE PARTICULAR DE ENSINO, EM DECORRÊNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA - PERDA DO OBJETO - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS CONFORME NOTA TÉCNICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE ENSINO E ACESSO ÀS ATIVIDADES REALIZADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - ELABORAÇÃO DE PLANO DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL AOS ALUNOS NO RETORNO AS AULAS PRESENCIAIS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que a Secretaria de Estado de Educação realiza o monitoramento da qualidade de ensino na rede privada, visando o controle de acesso dos estudantes às atividades propostas e estabelece alternativas para evitar prejuízos no calendário de ensino. Ainda, conforme informações constantes nos autos, as instituições de ensino privadas realizarão atendimento individual paralelo aos estudantes que não conseguiram acompanhar o ensino à distância. Ademais, foi definido o retorno gradativo das aulas presenciais, no ensino privado, conforme plano de biossegurança previamente aprovado e a continuidade do ensino remoto para aqueles que assim preferirem. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

11. Inquérito Civil nº 06.2020.00000732-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cleuza Maria Torres

Assunto: Apurar a supressão de 4 espécimes arbóreos situados no passeio público da Rua Olívio Flores, nº 931 (casas 1,



2, 3 e 4), sem autorização dos órgãos ambientais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BONITO - DANO AMBIENTAL - CORTE DE ÁRVORES SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS AMBIENTAIS COMPETENTES - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.1.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001500-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no procedimento licitatório n. 065/2015, relativo à aquisição parcelada de materiais odontológicos destinados a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, e eventuais atos de improbidade administrativas daí decorrentes.

Procurador do Município: Flávio Garcia da Silveira – OAB/MS nº 6.742.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE NA EXIGÊNCIA DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO PREVISTA EM EDITAL DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO - IRREGULARIDADE DA EXIGÊNCIA - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO - OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - NÃO INCIDÊNCIA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Homologa-se promoção de arquivamento de Inquérito Civil após a assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta com o ente municipal visando a abstenção de exigência de taxa de administração em licitação, por restringir o caráter competitivo do certame. Dada a característica da obrigação avençada, consistente em obrigação de não fazer, dispensa-se a instauração de Procedimento Administrativo, por não haver condutas a serem acompanhadas, sem prejuízo de eventual atuação ministerial caso venham a ocorrer novas exigências de “ taxa de administração” .

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2. Inquérito Civil nº 06.2020.00001101-6

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a suposta ocorrência de dano ao erário, através da utilização de maquinários, veículo e equipamentos, de propriedade da SANESUL, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados, em obra ou serviço particular, no mês de abril de 2020, na cidade de Naviraí/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NAVIRAÍ - PATRIMÔNIO PÚBLICO - APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA SANESUL PARA ESCAVAÇÃO EM TERRENO DE ENTIDADE FILANTRÓPICA - ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS NA SEARA ADMINISTRATIVA - CARTA DE ADVERTÊNCIA - AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE MÁ-FÉ, DESONESTIDADE OU CULPA GRAVE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. É de rigor a homologação da promoção de arquivamento do inquérito civil instaurado para apurar a utilização irregular de equipamentos de propriedade da SANESUL em pátio da entidade filantrópica Igreja Presbiteriana, quando constatada a ausência de má-fé, dolo ou culpa grave, bem como a inexistência de vantagem direta ou indireta. Ademais, foram tomadas as medidas necessárias na seara administrativa, traduzidas na apuração dos fatos e expedição de advertência a empregado público.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002390-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Lídia Christian Massi de Brito, Artur Risso de Brito.

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 50 hectares de mata nativa (“Carandá”), Coordenadas Geográficas S 20°08'26,112” W 57°20'33,093” / S 20°9'39,79” W 57°22'14,413”, no imóvel rural “Fazenda São Bento do Nabileque” pertencente a Lídia Christian Massi de Brito e Artur Risso de Brito, à vista da Autorização Ambiental (Comunicado) nº 1069/2016, em especial quanto à constatação como área anteriormente convertida para o uso alternativo do solo e/ou inserida em Bioma Mata Atlântica.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MEIO AMBIENTE - APURAR A REGULARIDADE AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL FAZENDA SÃO BENTO DO NABILEQUE - ÁREA RURAL CONSOLIDADA - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR PARA PROSSEGUIR COM O INQUÉRITO CIVIL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, dado que, conforme conclusões dos experts, as áreas objeto de apuração estão antropizadas desde 1993, caracterizando-se o instituto de área rural consolidada. O Código Florestal, no artigo 61-A, autoriza a continuidade das atividades agrossilvipastoris em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008. Assim, afigura-se ausente o interesse de agir do Ministério Público para prosseguir com as investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

2.1.6. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000788-5**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Milton Insuela Pereira Júnior (Fazenda São Bento) e Geová Gontijo Barbosa (Fazenda 2G)

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ambientais no desmatamento de vegetação nativa no interior das fazendas São Bento e 2G, localizadas na zona rural do Município de Sonora/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NO DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA NO INTERIOR DAS FAZENDAS SÃO BENTO E 2G, LOCALIZADAS NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SONORA/MS. AUSÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA FAZENDA 2G. NÃO COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DA FAZENDA 2G NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL. NECESSÁRIA A COMPROVAÇÃO DA INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE NO CAR EM OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 10/CSMP. NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO PARCIAL DE ARQUIVAMENTO. Compulsando os autos, observa-se que, embora tenha sido constatado a inexistência de dano ambiental na Fazenda 2G, tendo em vista que a supressão ambiental realizada na referida propriedade foi previamente autorizada pelo órgão ambiental competente, por meio da Licença Ambiental nº 1209/2014 (fls. 22/23 e 68/69), não restou comprovada a inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural de Mato Grosso do Sul CARMS. Conforme estabelece o Enunciado nº 10 do Conselho Superior do Ministério Público, na ausência de dano ambiental a promoção de arquivamento será homologada mediante apresentação do CAR pelo proprietário do imóvel. Assim, vota-se pela não homologação da promoção parcial de arquivamento, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para as providências necessárias.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção parcial de arquivamento e converteu o julgamento em diligência, determinando a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001735-4

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Augusto

Assunto: Apurar desmatamento de 3,19 hectares em área de Mata Atlântica, na Fazenda Escaleira, em Amambai-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 134/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental) - Fazenda Escaleira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DESMATAMENTO DE 3,19 HECTARES EM ÁREA DE MATA ATLÂNTICA, NA FAZENDA ESCALEIRA, EM AMAMBAI-MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER Nº 134/19/NUGEO (PROGRAMA DNA AMBIENTAL) – FAZENDA ESCALEIRA. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003025-7 (fl. 130) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2.1.7. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Procedimento Preparatório nº 06.2020.00001109-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica

Requerido: Green Woods Indústria e Comércio de Madeiras Eireli

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido Green Woods Indústria e Comércio de Madeiras Eireli, por transportar madeira serrada em desacordo com as normas vigentes.

Retirado de pauta em razão do pedido do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Silvio Cesar Maluf, para inclusão em pauta presencial.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000979-8

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Laser Iluminação Eireli-EPP

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no contrato nº 1738, firmado entre a Prefeitura Municipal de Amambai e a Empresa Laser Iluminação Eireli-EPP.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO CONTRATO Nº 1738, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAMBAI E A EMPRESA LASER ILUMINAÇÃO EIRELI-EPP – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. As diligências empreendidas não constatarem as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil, nem parcialmente; 2. Nota-se que o presente procedimento originou-se a partir de investigações de suposta fraude em processos licitatórios que tiveram como participantes as empresas Laser Iluminação Eireli-EPP, GTX Serviços de Engenharia e Construção Ltda e Green X Indústria Serviços Importações e Exportações Ltda-ME, as quais possuem engenheiros técnicos ou sócios em comum, sendo que tal fato impede que estas empresas concorram no mesmo processo licitatório; 3. Restou demonstrado nos autos que o Município de Amambai iniciou o processo licitatório nº 131/2018, tendo como vencedora do certame a empresa Laser Iluminação Eireli-EPP, contrato nº 1738/2018. Todavia, as empresas GTX Serviços de Engenharia e Construção Ltda e Green X Indústria Serviços Importações e Exportações Ltda-ME não concorreram com a empresa Laser Iluminação Eireli-EPP no referido certame, conforme se verifica das Atas de Credenciamento e de Julgamento da Proposta de Preços, inexistindo, portanto, irregularidades no processo licitatório que pudessem ensejar improbidade administrativa; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00002038-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Juliano Barros Donato

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar denúncia sobre suposto esquema para desvio de dinheiro público da Câmara de Vereadores, pelo Presidente da Câmara e Prefeito Municipal de Ivinhema/MS.

Advogada: Ana Maria Mustafá de Souza e Donato – OAB/MS nº 6.113.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DENÚNCIA SOBRE SUPOSTO ESQUEMA PARA DESVIO DE DINHEIRO PÚBLICO DA CÂMARA DE VEREADORES, PELO PRESIDENTE DA CÂMARA E PREFEITO



MUNICIPAL DE IVINHEMA/MS – INSTRUÇÃO CONCLUÍDA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Ao final da instrução, houve a celebração de Acordo de Não Persecução Cível às exigências legais na seara da improbidade administrativa, mediante cominações, nos termos dos arts. 2º 3º da Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência) e dos arts. 33 e 34 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), para a resolução da seguinte irregularidade: oferecimento de vantagem indevida pelo Prefeito do Município de Ivinhema ao Vereador Presidente da Câmara Municipal à época dos fatos, com previsão legal no art. 10, inc. I, da Lei nº 8.429/92 (Improbidade Administrativa); 2. Para a fiscalização do cumprimento do pactuado no ajustamento de conduta, houve a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2021.00000009, nos termos do art. 7º, § 5º, da Resolução nº 6/2019-CPJ (Termo de Ajuste de Conduta: Improbidade e Leniência) e dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Enunciados n. 9 e 22 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00001055-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Adão de Souza Dias

Assunto: Apurar possível prática de desmatamento ocorrida em desacordo com a legislação vigente entre a data de 05/11/2013 e 19/07/2014, no Sítio Ussamma, localizada no Município de Jardim/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR POSSÍVEL PRÁTICA DE DESMATAMENTO OCORRIDA EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE ENTRE A DATA DE 05/11/2013 E 19/07/2014, NO SÍTIO USSAMMA, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE JARDIM/MS – INSTRUÇÃO CONCLUÍDA – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Ao final da instrução, houve a celebração de Termo de Ajuste de Conduta às exigências legais, mediante cominações, nos termos dos arts. 33 e 34 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil), para a resolução das seguintes irregularidades: a) supressão vegetal de 9,80 hectares, sem a devida autorização do órgão ambiental competente; b) necessidade de regularização das áreas de reserva legal e de preservação permanente do Sítio Ussamma; 2. Para a fiscalização do cumprimento do pactuado no ajustamento de conduta, houve a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003960-4, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 3. Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 9 de abril de 2021.

Alexandre Lima Raslan

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 17/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) torna pública a **oportunidade** aos candidatos aprovados no XXIII Processo de Seleção de Estagiários, homologado por meio do Aviso nº 2/2021-GED, de 27 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.367, de 28 de janeiro de 2021, para estágio de Ensino Superior, área de Direito, nível de pós-graduação, **ainda não empossados**, para manifestação de interesse de exercício **presencial** em cidade diversa daquela pela qual originalmente optaram, na comarca de **ANASTÁCIO**, em atenção ao disposto no item 4.2, subitens 4.2.1 e 4.2.2, do Capítulo VIII do Edital nº 001/2020-XXIIPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.309, de 19 de outubro de 2020.

Os candidatos aprovados no XXIII Processo Seletivo de Estagiários do MPMS interessados em assumir as vagas em disponibilidade nas Promotorias de Justiça de ANASTÁCIO deverão se manifestar, impreterivelmente, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da publicação deste Aviso (iniciada a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte a esta), por meio do preenchimento do **Anexo Único** (Manifestação de Interesse de Estágio), que deverá ser enviado ao endereço eletrônico ged@mpms.mp.br.

Os candidatos que fizerem a opção pelas vagas oferecidas neste Aviso e forem convocados para exercer o estágio nas Promotorias de Justiça da comarca de ANASTÁCIO automaticamente serão excluídos da lista original relativa à cidade pela qual optaram no momento da inscrição, conforme previsto no Edital nº 001/2020-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 4.4.

Como critério de classificação, será considerada a nota final de cada candidato, utilizando-se os critérios de desempate previstos no Edital nº 001/2020-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 2.

Campo Grande, 09 de abril de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**ANEXO ÚNICO DO AVISO Nº 17/2021-GED
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE EXERCÍCIO PRESENCIAL EM CIDADE DIVERSA**

Eu, (nome)_____, (nacionalidade)_____, (estado civil)_____, residente e domiciliado(a) no(a)_____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, aprovado(a) no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 2/2021-GED, de 27 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.367, de 28 de janeiro de 2021, venho, por meio deste, diante da oportunidade concedida no Aviso nº 8/2021-GED, formalizar meu **INTERESSE EM EXERCER O ESTÁGIO PRESENCIAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, NA COMARCA DE ANASTÁCIO**, assumindo o compromisso de aguardar **aviso de convocação** para apresentar os documentos constantes do item 11 do Capítulo X (Da Convocação e Admissão) do Edital nº 001/2020-XXIIPSE-MPMS, no prazo a ser estipulado na convocação futura, a fim de que seja confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.

Por fim, declaro ter ciência da disposição expressa contida no Capítulo VIII (Do Resultado e da Classificação), subitem 4.4, do mencionado edital¹.

(Cidade)_____, (Estado)_____, (dia)_____ de (mês)_____ de 2021.

Nome completo do(a) candidato(a)

¹ “O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da cidade pela qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice-versa”.

**AVISO Nº 18/2021-GED****XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXIII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 2/2021-GED, de 27 de janeiro de 2021, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.367, de 28 de janeiro de 2021, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2020-XXIIPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, **devendo neste caso fazer a opção do turno (matutino/vespertino)**, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 16 e 23/4/2021, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2020-XXIIPSE-MPMS, DE 15 DE OUTUBRO DE 2020, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.309, DE 19 DE OUTUBRO DE 2020, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO). COM A ENTRADA EM EXERCÍCIO, OS DOCUMENTOS ORIGINAIS DEVERÃO SER ENTREGUES NO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, PARA ARQUIVO.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO**1.1 COMARCA DE ÁGUA CLARA**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Francisco Vieira, 200, Centro, Água Clara.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
GABRIEL PADILHA GONCALVES	1ª

1.2 COMARCA DE AMAMBAI

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Amambai.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
ALANA ROA OSTEMBERG	8ª

1.3 COMARCA DE ANGÉLICA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Stefan Dudas, 565, Imperial, Angélica.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
MIRELLA SANTOS MOREIRA	1ª

1.4 COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida dos Estudantes, 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
AMANDA MARTINS SILVEIRA DOS SANTOS	3ª

1.5 COMARCA DE AQUIDAUANA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Luiz da Costa Gomes, 544, Vila Cidade Nova, Aquidauana.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
ESTEFANI VITORIA DO NASCIMENTO VORIA	1ª

1.6 COMARCA DE BATAYPORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Jair de Abranches Mella, 1203, Centro, Batayporã.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
VITORIA ROSA DOS SANTOS	1ª



1.7 COMARCA DE CAARAPÓ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
PEDRO HENRIQUE DE LEO	3ª

1.8 COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
FELIPE ANTONIO VIDOTTE	75ª
FLAVIA COSTA BARBOSA MACHADO BORGES	76ª
POLYANA GOMES SENA	77ª
JULIANA OLEQUES PRADEBON	78ª
FLAVIA SARTORI PEREIRA	79ª
MATHEUS HENRIQUE DA PAZ SANTOS	80ª
FABIANA FRANCISCA DE FREITAS	81ª
MARCO ANTONIO CALAZANS DE BRITO	82ª
LAIS SUELLEN VEIGA RODRIGUES	83ª
JANAINA PAMPLONA DE OLIVEIRA	84ª
GIOVANA FRANCO SILVA	85ª
MARIA AMELIA CARVALHO CAMPOS	86ª
KARLA TOMAIS PENASSO	87ª
BRENDON KAZUYUKI HIGA PLEUTIN	88ª
ANA VICTORIA MAIDANA DANTAS	89ª
ANA CAROLINA BRITO OBARA	90ª
FERNANDA ANDRADE MACHADO	91ª

1.9 COMARCA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua América, 1880, Centro, Corumbá.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
GUSTAVO DE CERQUEIRA LISBOA	4ª
BRUNO DE FREITAS TEIXEIRA	5ª
MARIA LIVIA ACHUCARRO SILVA	6ª
JULIANNE ELISA MOREIRA LOPES DA SILVA	7ª
THAIS BLANCO SANTANA	8ª
MARCIA LUDIMILA GONCALVES DE SANTANA	9ª

1.10 COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
LARISSA FERNANDES ARZAMENDIA	13ª
NAILA DE FAVARI CARVALHO GONZALEZ CAPECCI	14ª
DANIELLE SOARES NOGUEIRA BARROS	15ª
DANIEL RODRIGUES MOTA	16ª
ALANA MORENO DOS SANTOS	17ª
JAQUELINE MARTINS	18ª
LAIS ZABINI CANEZIN	19ª
DEBORA FIGUEIRO BELLATO	20ª
EVA PATRICIA BRAGA FERNANDES	21ª
FERNANDA DE LIMA ARNAL ABRAHAO	22ª
LETICIA BRIGIDA DE ABREU LIMA CRISTALDO	23ª
LETHICIA STEFANY NUNES DOS SANTOS	24ª
LAURA GABRIEL BORBA	25ª
BRUNO BUHRING ANTUNES	26ª



EDILSON PEREIRA VARGAS	27 ^a
ANA LUIZA MACHADO VILAS BOAS	28 ^a

1.11 COMARCA DE FÁTIMA DO SUL

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Ipiranga, 810, Jardim Primavera, Fátima do Sul.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
ISABELLE TALHARI DOS SANTOS	1 ^a
CAIO FERNANDO BATISTA VIDEIRA	2 ^a
LUANA SOARES DE LIMA	3 ^a

1.12 COMARCA DE INOCÊNCIA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Batista Parreira, 589, Centro, Inocência.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
THALIA LOIANY CARVALHO OLIVEIRA	1 ^a

1.13 COMARCA DE ITAPORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Stefano Gonelo, 62, Centro, Itaporã.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
LUANI MARIA HERNANDO DE OLIVEIRA	1 ^a

1.14 COMARCA DE IVINHEMA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Praça dos Poderes, 900, Vitória, Ivinhema.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
POLLYANA DOS SANTOS SIMOES	2 ^a

1.15 COMARCA DE MARACAJÚ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Appa, 141, Centro, Maracajú.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
LUIZA JAQUELINE MUNARETTO	5 ^a
SABRINA FUKUHARA SALDANHA	6 ^a

1.16 COMARCA DE MUNDO NOVO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Av. São Paulo, 760, Berneck, Mundo Novo.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
ERIC YUJI BIAZUSSI	4 ^a

1.17 COMARCA DE NAVIRAI

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua dos Pioneiros, 50 – Centro, Naviraí.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
REBECA MARINS DOS SANTOS	1 ^a

1.18 COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Marcelino Ríden, 1040 – Centro, Nova Alvorada do Sul.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
MURILO DE SOUZA AGUILAR	1 ^a

**1.19 COMARCA DE PARANAÍBA**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
MARIA FERNANDA PEREIRA FRANCISCO	7ª

1.20 COMARCA DE RIO BRILHANTE

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Rio Brilhante, 1154, Vila Maria, Rio Brilhante.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
ADRIAN ROMUALDO DE LIMA	3ª

1.21 COMARCA DE RIO NEGRO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Nove de Maio, 305 – Centro, Rio Negro.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
LAIS MILANA DOS SANTOS	1ª

1.22 COMARCA DE SIDROLÂNDIA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Espírito Santo, 1383, Centro, Sidrolândia

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
FELIPE ANDRE PEREIRA MAGALHAES	4ª

1.23 COMARCA DE SONORA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua 3 de junho, 90 – Centro, Sonora.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
EDUARDO DE ANDRADE LEMES	1ª

1.24 COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
GABRIELA DOS ANJOS TORQUATO DA SILVA	7ª
GABRIEL DE MORAIS RIBEIRO	8ª
CAIO ERIK PEREIRA THOME	9ª
STEFANI LARA DE CAMPOS ARCE SANTANA	10ª

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
Comprovante da tipagem sanguínea
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o Ministério Público Estadual, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas ou não possui dependências e data prevista para conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas as informações)
Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o(a) candidato(a) houver residido nos últimos cinco anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual e pelas Polícias Federal e Estadual
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”/
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”



REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO PARA OS CANDIDATOS APROVADOS DO CURSO DE DIREITO, NÍVEL DE GRADUAÇÃO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 09 de abril de 2021.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/PGJ/2021

Processo: PGJ/10/0586/2021

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 32/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 60, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Retificar, por erro material de digitação, o valor total da contratação, constante no item 8.1, da Cláusula Oitava, do Contrato 035/PGJ/2021, sem ônus para as partes.

Vigência: 09.04.2021 a 24.02.2022.

Data de assinatura: 9 de abril de 2021.

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 105/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/2174/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
- 2- **SUPERAR EIRELI**, representada por **Josiane Bagatoli**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 13/PGJ/2019 - Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Artigo 78, inciso I, c/c artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Rescisão unilateral do Contrato nº 105/PGJ/2020, a partir de sua assinatura, em decorrência da inexecução do objeto, pela Contratada, conforme estabelecido na Cláusula Décima, item 10.2 do Instrumento Contratual.

Data de assinatura: 9 de abril de 2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2138/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **SEMPER VINCIT SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, representada por **Eduardo César Oliveira Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 37/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de defletores para aparelhos de ar condicionado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Defletor em acrílico cristal cast 100% virgem na espessura de 3 mm, com o tamanho de 90 cm Larg. X 44 cm Comp. de avanço + dobra com 9 cm para fixação com 3 furos de 6 mm, recorte a laser fino acabamento, acompanhado por 3 buchas, 3 parafusos e 3 botões cromados. Marca/modelo/nº de referência: Acrylic Creations/DEFLETOR 900MM.	Unidade	200	140,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 7 de abril de 2021.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 001/2021/46PJ/CGR**

A 46ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil n. 06.2021.00000268-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Estado de Mato Grosso do Sul e Município de Campo Grande-MS

Assunto: Apurar o retorno das aulas presenciais para o ano letivo de 2021 nas escolas municipais e estaduais do município de Campo Grande – MS

Campo Grande, 08 de abril de 2021.

PAULO HENRIQUE CAMARGO IUNES

Promotor de Justiça

**CORUMBÁ****EDITAL N° 0017/2021/02PJ/CBA****INQUÉRITO CIVIL N° 06.2020.00001345-8.**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC firmado nos autos de Inquérito Civil 06.2020.00001345-8 que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco, Corumbá/MS.

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Jorge Abdul Ahad

Objeto: Os Compromissários confirmam terem sido cientificados do registro do Inquérito Civil nº 06.2020.00001345-8 para buscar a regularização da supressão vegetal de 35,69 hectares de vegetação nativa, no período de 11/07/2016 a 04/09/2017, no imóvel rural “Fazenda Retiro São Roque”, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes e contrariando as normas legais e regulamentares, bem como buscar as medidas reparatórias.

Obrigações: o Compromissário assume as seguintes obrigações: 1) Os Compromissários obrigam-se a respeitar a legislação ambiental vigente, pelo que não realizarão qualquer intervenção potencialmente poluidora na área da propriedade rural denominada “Fazenda São Roque”, matrícula nº 30.763, sem a prévia autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, obrigação esta que perdurará enquanto vigorar o cumprimento das obrigações estabelecidas nas Cláusulas 5ª, 6ª e 7ª, constantes do presente Termo de Ajustamento de Conduta. A vigência, abrangência e finalidade da autorização, licença ou declaração ambiental concedida deverão ser respeitadas, sendo esta verificação de exclusiva responsabilidade dos Compromissários, obrigação esta que perdurará enquanto vigorar o cumprimento das obrigações estabelecidas nas Cláusulas 5ª, 6ª e 7ª, constantes do presente Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento das obrigações assumidas nesta cláusula e parágrafo primeiro importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada hectare desmatado sem autorização ou excedente ao autorizado, obrigação esta que perdurará enquanto vigorar o cumprimento das obrigações estabelecidas nas Cláusulas 5ª, 6ª e 7ª, constantes do presente Termo de Ajustamento de Conduta. 2) Manifestado o interesse em explorar a área desmatada e sendo esta passível de licenciamento, os Compromissários obrigam-se a protocolar junto ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso do Sul – IMASUL requerimento (carta-consulta) com o fito de regularizar a área de 35,69 hectares de vegetação nativa remanescente desmatada sem licenciamento ambiental no interior do imóvel rural “Fazenda São Roque”, matrícula nº 30.763, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Termo. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso. 3) Os Compromissários obrigam-se, a título de indenização pelos danos ambientais pretéritos, ao pagamento da quantia de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), em favor da Missão Salesiana de Mato Grosso – Universidade Católica Dom Bosco, mediante transferência bancária (Banco Santander nº 033, Agência nº 4317, Conta Corrente nº 13000305-1, CNPJ nº 03.226.149/0015-87), quantia que deverá ser quitada em 3 (três) parcelas de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), com o primeiro vencimento em 30 (trinta) dias a contar da assinatura do TAC, cujos recursos destinar-se-ão ao financiamento do “Projeto CEIPPAM” desenvolvido pela indigitada instituição. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia sobre o valor em atraso, bem como correção monetária pelo IGPM e juros de 1% ao mês até o efetivo pagamento. 4) Neste ato os Compromissários obrigam-se a comunicar a esta Promotoria de Justiça, por escrito e no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da respectiva efetivação, o cumprimento de cada uma das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta. O descumprimento da obrigação assumida nesta cláusula importará na incidência da multa de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais por dia de atraso.

Corumbá/MS, 08 de abril de 2021.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CASSILÂNDIA

EDITAL Nº 0007/2021/01PJ/CLA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000264-3, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2021.00000264-3

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia-MS

Requeridos: Idalmélia Antônia de Oliveira e outros.

Assunto: apurar o fornecimento ilegal de vacinas por servidora pública municipal, conforme Ofício nº 0101/2021/02PJ/CLA.

Cassilândia-MS, 08 de abril de 2021

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça